



Os trabalhadores e trabalhadoras da Urbel conquistaram uma grande vitória. Depois de dois anos sem acordos coletivos e quase cinco meses de negociações, foi aprovada, no dia 23 de agosto, a proposta feita pela Prefeitura de Belo Horizonte em resposta às reivindicações trabalhistas apresentadas à direção da empresa pelo Senge-MG. Além da recomposição salarial pelo INPC acumulado dos dois últimos anos, foi restabelecido o piso salarial de acordo com a lei do Salário Mínimo Profissional e criadas gratificações para os profissionais que trabalham diretamente com o público. Todo o processo de negociação e as conquistas dos trabalhadores estão nas páginas de 5 a 8. Já a página 9 traz as demais campanhas salariais em andamento.

60 anos tem homenagem da Câmara

O Senge-MG foi homenageado pela Câmara Municipal de BH, no dia 20 de setembro, com o diploma de Honra ao Mérito pela passagem de seus 60 anos. A iniciativa foi do vereador Tarcísio Caixeta (PT). Com este evento, o Sindicato encerrou as comemorações de seu sexagésimo aniversário, iniciadas em setembro do ano passado. Criado a partir da fusão dos sindicatos de engenheiros existentes na época, o Senge-MG recebeu a Carta Sindical do Ministério do Trabalho em 25 de agosto de 1947. Mais informações na página 11.

Associados elegem nova diretoria

Os associados do Senge-MG elegem, nos próximos dias 26, 27 e 28 de setembro, a nova diretoria e conselho fiscal do Sindicato. Uma única chapa, composta por 65 engenheiros de todo o estado, concorre ao pleito. Estão em condição de voto todos os sócios quites até o dia 28 de agosto. Além do voto por correspondência, opção para os associados que residem no interior e para os aposentados, mesas coletoras estarão funcionando em BH e Juiz de Fora. Veja na página 10 todas as informações desta eleição.

Seminário debate saneamento

O XVII Seminário Anual do Senge, realizado em 24 de agosto, abordou a importância da engenharia na construção do desenvolvimento sustentado do país, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e questões relativas ao Saneamento Ambiental, que têm sido objeto de mobilização do Sindicato, como na defesa da Copasa e na reativação da Fesa. Na oportunidade foi, também, realizada reunião do Conselho Diretor com a participação dos membros da Chapa Unidade. Veja mais detalhes nas páginas 3 e 4.

editorial

Por um novo modelo de regulação

No Brasil as Agências Reguladoras são responsáveis pela implementação de políticas públicas definidas pelo Governo e pela fiscalização do setor produtivo. Os diretores das Agências possuem estabilidade em seus cargos, mas os problemas envolvendo o setor aéreo brasileiro aceleraram um movimento entre os parlamentares para alterar o Projeto de Lei que regulamenta as Agências Reguladoras permitindo a demissão de diretores considerados incompetentes. Esta proposta tramita na Câmara desde 2004.

Em sentido contrário, em matéria da Gazeta Mercantil de 14/8/

2007, o Presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar), Álvaro Otávio, argumenta que o Governo aproveita-se do apagão aéreo para aumentar o poder dos Ministérios com o objetivo de reduzir a capacidade operacional das Agências Reguladoras.

O Deputado Federal Beto Albuquerque (PSB), Vice-Líder do Governo na Câmara, também alerta que não se pode ter Agências vulneráveis a problemas setoriais e subordinadas ao Governo, ao Congresso ou à imprensa, tendo apoio do vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base.

O Senge Minas Gerais, atento aos interesses da nação brasileira, discorda do modelo brasileiro adotado para as Agências Reguladoras, inspirado no modelo americano, e que privilegia o critério político nas nomeações em detrimento aos quadros com formação técnica. Por outro lado, concordamos com o deputado Beto Albuquerque, mas acrescentamos que a pior Agência Reguladora é aquela que não tem independência, sequer, em relação ao setor produtivo.

A sociedade brasileira precisa urgentemente debater o modelo de regulação que deseja. Desde a im-

plantação do modelo de regulação por Agências em 10 setores, o país já viveu um apagão de energia, vive agora um apagão aéreo e rodoviário. São dez anos de um modelo regulatório, aplicado aos setores de telecomunicações, petróleo e gás, aviação civil, energia elétrica, vigilância sanitária, saúde suplementar, águas e transportes, que pouco contribuiu para o desenvolvimento do nosso país ou na solução dos graves problemas sociais que enfrentamos. A hora é agora! O debate não pode mais ser adiado e a participação de todos é fundamental para a construção de um novo modelo regulatório no país.

Regional defende soluções para Juiz de Fora

A Mata do Krambeck, uma das maiores áreas remanescentes de Mata Atlântica dentro de um território urbano – 840 mil metros quadrados – está no centro de uma polêmica em Juiz de Fora. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) quer transformar o Sítio Malícia, terreno particular que faz parte da mata, em jardim botânico. O problema é que no local está previsto um loteamento. O Senge Minas Gerais - Regional Zona da Mata (Senge/MG – DRZM) apóia a criação do jardim e a luta pela preservação da Mata Atlântica.

Uma audiência pública, realizada a pedido do vereador José Sóter Figueirôa (PMDB), discutiu a questão. Houve grande participação popular e a presença de manifestantes preocupados com a preservação do espaço. Além disso, a população local levantou a necessidade de realização de um plebiscito para oficializar a opinião da sociedade sobre a utilização e o futuro do Sítio Malícia. “Essa aquisição sendo viabilizada e a UFJF desenvolvendo o projeto de um Jardim Botânico, com atividades de preservação e educação ambiental, vai satisfazer plenamente a sociedade, encerrando dis-

cussões que já se arrastam por vários anos”, avaliou João Queiroz, diretor do Senge/MG – DRZM.

Transposição

Retomando a questão da transposição da linha férrea que corta o centro da cidade de Juiz de Fora, assunto debatido no II Seminário Regional, o Senge Zona da Mata iniciou, com a participação da sociedade, a elaboração de uma cartilha. O material trará uma breve história de Juiz de Fora, até os dias atuais, e vai apresentar soluções de tráfego e acessibilidade para integrar a cidade e facilitar a locomoção, sem barreiras, de veículos e pedestres.

A conclusão tirada no Seminário, que aconteceu no mês de março, foi de que a transposição da linha férrea tem que ser feita com urgência. “Ao final do evento deixamos aberta a discussão e com a apresentação da carta do Seminário, visitamos os segmentos da sociedade que participaram, mostrando que esse era um trabalho de fundamental importância para Juiz de Fora, que deveria se encerrar somente com as obras indicadas como a solução adequada para o sistema viário da cidade”, lembra João Queiroz.

Senge leva associado ao Batimat/2007 em Paris

Dentro da sua política de investir na valorização profissional do engenheiro, o Senge-MG está premiando um associado para participar do Salão Internacional da Construção (BATIMAT/2007), que será realizado de 5 a 10 de novembro, em Paris, França. O sócio premiado terá todas as despesas pagas, incluindo passagem aérea, hospedagem, alimentação e acesso ao Salão. O sorteio será realizado no dia 4 de outubro de 2007, às 19 horas, na sede do Sindicato.

Poderão participar deste concurso todos os sócios do Senge-MG que estejam quites com a anuidade social de 2007 até 28 de agosto de 2007, ou que tenham justificado, até essa data, o não pagamento por motivo de desemprego e os sócios com desconto em folha que estejam em dia com as parcelas. Para participar do sorteio é imprescindível que o sócio tenha votado nas eleições

sindicais do Senge-MG, que ocorrerem nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2007.

O BATIMAT é um salão multi-especializado da construção civil. Na edição 2007, vai contar com sete espaços distintos que se dividirão em: Estruturas, Marcenaria e Sistema de Fecho, Acabamento e Decoração, Equipamentos e Ferramentas, Sistemas Integrados, Informática e Serviços. Serão 2.700 expositores, de 49 países diferentes.

Por ser diversificado, é recomendado para um grande número de profissionais como engenheiros, arquitetos, empreiteiros, artesãos, promotores imobiliários, fabricantes de produtos e de equipamentos de construção, entre outros. O salão vai abordar grandes temas específicos do setor, tais como domínio da energia, segurança, acessibilidade e conforto, como também novos materiais utilizados na construção imobiliária.



Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais

Rua Espírito Santo, 1.701
Bairro Lourdes - CEP 30160-031
Belo Horizonte-MG
Tel.: (31) 3271.7355 - Fax: (31) 3226.9769
e-mail: sengemg@sengemg.org.br
site: www.sengemg.org.br

GESTÃO 2004/2007 - DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Eng. Nilo Sérgio Gomes - Vice-presidente: Eng. Rubens Martins Moreira - 2º Vice-presidente: Eng. José Flávio Gomes - Diretor Secretário Geral: Eng. Eustáquio Pires dos Santos - Diretor 1º Secretário: Eng. Paulo Henrique Francisco dos Santos - Diretor 1º Tesoureiro: Eng. Abelardo Ribeiro de Novaes Filho - Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Lucas Rocha Carneiro - Diretor Negociações Coletivas: Eng. Alexandre Heringer Lisboa (licenciado) - Diretor Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: Eng. Jobson Nogueira de Andrade - Diretor de Promoções Culturais: Eng. Antonio Alves de Araujo - Diretor Relações Inter-sindicais: Eng. Jairo Ferreira Fraga Barrioni - Diretor Saúde e Segurança do Trabalhador: Eng. Evaldo de Souza Lima - Diretor Assuntos Jurídicos: Eng. Anival-

do Matias de Souza - Diretor Assuntos Comunitários: Eng. Laurete Martins Alcantara Sato - Diretor de Imprensa e Informação: Eng. Valmir dos Santos - Diretor Estudos Sócio-Econômicos: Eng. Arnaldo Alves de Oliveira - Diretor de Interiorização: Eng. Antonio Dias Vieira - CONSELHO FISCAL: Carlos Moreira Mendes, Lucio Fernando Borges, José Tarcísio Caixeta (licenciado), José Jorge Leite, Marcelo de Camargos Pereira - DIRETORIA REGIONAL ZONA DA MATA: João Vieira de Queiroz Neto, Silvio Rogério Fernandes, Vania Barbosa Vieira (licenciada) - DIRETORIA REGIONAL VALE DO AÇO: Luiz Antonio Lobo de Abreu - DIRETORIA REGIONAL CAMPOS DAS VERDENTES: Domingos Palmeira Neto, Nelson Henrique Nunes de Sousa, Sebastião Ferreira Machado Filho, Wilson Antonio Siqueira - DIRETORIA REGIONAL SUL: Antonio Azevedo,

João Batista Lopes Jr., Marco Aurélio Ribeiro, Paulo Roberto Mandello - DIRETORIA REGIONAL TRIÂNGULO: Emílio Moreira da Costa (licenciado), Jam Antunes, Libencio Salomão de Deus Mundim, Whaler Eustáquio Dias



Jornalista responsável: Miguel Ângelo Teixeira - **Redação e Edição:** Miguel Ângelo Teixeira e Luiza Nunes de Lima **Logística de distribuição:** Juliana, Ferreira e Renato. **Arte final:** Viveiros Edições (8872-6080) - **Impressão:** Segrac

XVII SEMINÁRIO ANUAL

Engenheiros debatem o PAC e o Saneamento Ambiental

O Senge Minas Gerais realizou, no dia 24 de agosto, o XVII Seminário Anual. Neste ano, o Seminário resgatou o debate sobre a importância da engenharia na construção do desenvolvimento sustentado do país, no momento em que o Governo federal executa o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que concentra um ambicioso programa de obras em infraestrutura. Dentro deste contexto, foram focalizadas as questões relativas ao Saneamento Ambiental, que têm sido objeto de mobilização do Sindicato, como na defesa da Copasa e na reativação da Frente Estadual de Saneamento (Fesa).

Na abertura do Seminário, o presidente do Sindicato, o Engº. Nilo Sérgio Gomes, deu boas vindas ao público presente e ressaltou a importância do evento para a categoria e a sociedade. A mesa de abertura foi composta pelo presidente do Confea, Engº Marcos Túlio de Melo, pelo presidente do Crea-MG, Engº Gilson de Carvalho Queiroz Filho, pelo diretor da Fisenge, engº Ubiratan Félix Pereira dos Santos, pelo presidente do Sindágua, José Maria dos Santos e pelo diretor do Sindieletro, Franklin Moreira Gonçalves.

Todos os convidados parabenizaram o Senge Minas Gerais pela



Mesa de abertura do XVII Seminário Anual do Senge Minas Gerais

realização do Seminário e pela importância de se discutir o tema na atual conjuntura do país, destacando o papel central que cabe aos engenheiros na construção do desenvolvimento do país. Estavam presentes na platéia engenheiros de Belo Horizonte e de outras cidades do estado. O Seminário contou com o apoio do CREA-MG e foi realizado no Plenário Minas Gerais da entidade.



O Seminário contou com a participação ativa de mais de uma centena de interessados

Conselho debate rumos do Sindicato

A diretoria atual do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge MG) e a chapa Unidade se encontraram para discutir os rumos do sindicato nos próximos três anos. A reunião ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de agosto, no hotel BH Palace, e teve como objetivo principal a troca de experiências entre os antigos e os futuros dirigentes da instituição. "Acredito que essas trocas trarão benefícios enormes para o Senge e para a própria categoria de engenheiros de Minas Gerais", disse Nilo Sérgio Gomes, presidente do sindicato. O encontro também teve como objetivo elaborar as propostas da chapa para as elei-

ções, que acontecem no fim de setembro.

As negociações coletivas, o relacionamento do Senge com o movimento social, a ampliação da interiorização a partir do planejamento estratégico de recursos, a construção de um espaço com infraestrutura apropriada para o Sindicato e a relação com o movimento estudantil e com os futuros engenheiros, foram temas discutidos durante a reunião. A participação da mulher na direção do sindicato também foi assunto recorrente e é considerado importante para Nilo Sérgio. "Ampliamos de duas diretoras para sete. Isso é um dado significativo", avalia.



Encontro foi oportunidade para troca de experiências entre a atual diretoria e os componentes da Chapa Unidade

XVII SEMINÁRIO ANUAL

Meta é a universalização do saneamento ambiental

O painel, mediado pelo presidente do Senge-MG, debateu as questões ligadas à contribuição da engenharia para o desenvolvimento sustentado do país, tendo como foco o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as ações nele previstas, que visam a universalização do Saneamento Ambiental como um direito de todos os brasileiros.

O professor da UFMG/Cedepar, Frederico Gonzaga Júnior, abordou questões relacionadas ao PAC, à engenharia e o desenvolvimento sustentado. Para o professor, o PAC ainda é uma carta de intenções que necessita da efetivação de uma série de condicionantes para que seja totalmente concretizado. Segundo o professor, a maior parte dos investimentos previstos em infra-estrutura tem como fonte a iniciativa privada e mesmo as medidas e investimentos que dependem do Governo federal não estão acontecendo como se previa.

Representando o presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, a assessora da presidência, Eng^a Cassilda Teixeira de Carvalho, fez uma detalhada explanação sobre a atuação da empresa e sobre os investimentos previstos nos próximos anos, que têm como meta a ampliação das concessões da companhia no Estado e a univer-

salização dos serviços em sua área de atuação. Para a assessora a concretização do plano na área de saneamento vai depender em muito da capacidade dos municípios de se organizarem para receber os financiamentos, bem como de endividamento, pois esta é a principal fonte prevista no PAC.

O Eng^o Ubiratan Félix Pereira dos Santos, presidente do Senge Bahia e diretor da Fisenge, fez uma veemente defesa do PAC, que considera uma realidade e ser a peça que consubstancia toda a política de desenvolvimento do Governo federal. Ubiratan considera que estão lançadas as condições objetivas para que o Brasil dê um grande salto para que o saneamento ambiental, um direito de todos, seja universalizado.

O ciclo de palestras foi encerrado pela coordenadora da Frente Estadual de Saneamento Ambiental, Eng^a Cláudia Júlio, que fez um histórico do movimento fundado em 1993 e que enfrenta desafios como o de ampliar a participação do movimento social neste debate e influir na normatização do setor, como na criação do Conselho Estadual de Saneamento.

Após os debates, que contaram com a ampla participação dos presentes, o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, anunciou que a cartilha "Entendendo o Saneamen-

to Ambiental no Brasil", editada pela Fisenge, foi adotada pelo Sindicato e reimpressa com o apoio do CREA-MG. A cartilha, que contém infor-

mações importantes para a construção dos planos municipais de saneamento, será amplamente distribuída em todo o Estado.



Frederico Gonzaga Júnior colocou em xeque as intenções do Plano



Cassilda Teixeira de Carvalho falou sobre as metas da Copasa



Ubiratan dos Santos defendeu o PAC como política de desenvolvimento



Cláudia Júlio colocou os desafios para a participação popular

ANUIDADE SOCIAL PREMIADA

Campanha já tem ganhadores

O XVII Seminário Anual do Senge foi encerrado com o sorteio dos sócios contemplados na campanha Anuidade Social Premiada de 2007. O Eng^o José Henrique Dias Cardoso, de Juiz de Fora, levou o notebook, além do software Intellicad. Ao Eng^o Gustavo José Pereira, de Belo Horizonte, coube o aparelho GPS. E o aparelho SmartPhone Palm foi para o Eng^o Flávio Antônio Jorge Daguer, também de Belo Horizonte.

Participaram dessa campanha os sócios do Senge Minas Gerais

em dia com a anuidade social de 2007 ou que tenham justificado por motivo de desemprego e os sócios com desconto em folha em dia com as parcelas. Os prêmios, ferramentas de trabalho importantes no exercício profissional do engenheiro, já estão sendo entregues aos ganhadores.

A promoção Anuidade Social Premiada cumpriu os seus objetivos e teve uma resposta bastante positiva da categoria. A campanha é um incentivo aos associados para que participem do Sindicato e con-

tribuem ainda mais para o fortalecimento da entidade em suas lutas em prol das reivindicações dos engenheiros de Minas Gerais e da sua inserção no movimento social do país.



A diretora Vânia Barbosa Vieira (Regional Zona da Mata) fez o sorteio dos ganhadores da Anuidade Social Premiada de 2007

Trabalhadores da Urbel aprovam acordo e colocam fim a impasse



Os trabalhadores da Urbel finalmente podem respirar aliviados. Depois de dois anos sem acordos coletivos e quase cinco meses de negociações, foi aprovada, no dia 23 de agosto, a proposta feita pela Prefeitura de Belo Horizonte em resposta às reivindicações trabalhistas apresentadas à direção da empresa pelo Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG).

Os diversos pontos que constituíam a proposta foram discutidos e esclarecidos em uma Assembleia Geral, que contou com a participação ativa dos mais de cem funcionários presentes. O clima da reunião, devido ao desgaste causado pelos meses de negociações e pelas ameaças a direitos básicos, foi tenso. O resultado, porém, foi positivo. A recuperação da data-base (1º de maio), o reajuste salarial de 6,9% para todos os empregados e a previsão de uma gratificação extraordinária para os trabalhadores que têm contato direto com o público estão entre as conquistas dos trabalhadores.

O sucesso das negociações foi fruto da combinação do esforço e do trabalho em equipe do Senge



Com presença maciça dos trabalhadores, a Assembleia Geral aprovou o Acordo Coletivo de Trabalho negociado pelo Senge-MG

com a Comissão de Negociações formada por Débora Moreira, Adriana Lemos, Maria Haydée Miranda, Cláudia Melo, Nara Júlio e Vera Lima, funcionárias da Urbel. Para Nilo Sérgio Gomes, presidente do Sindicato, a participação dos funcionários foi essencial para a superação dos obstáculos. "Contornamos as barreiras com a total transparên-

cia e democracia plena nas assembleias, que contaram com a participação significativa de todos os trabalhadores, manifestando suas opiniões e críticas", afirma.

A postura do Sindicato de Engenheiros também foi elogiada. "O Senge foi uma surpresa positiva para todas nós. O respeito a todos os funcionários, a transparência e a paciência em nos ouvir e esclarecer exaustivamente nossas dúvidas nos pegaram de surpresa", revela Débora Moreira. "A gente não estava acostumada com esse tipo de tratamento. Fomos muito desrespeitadas pelo sindicato anterior ao Senge", lembra Adriana Lemos.

Para Marcelo de Camargos Pereira, engenheiro civil que atua há nove anos na Urbel e diretor do Senge-MG, o saldo das negociações foi muito bom. "Fiquei satisfeito com o acordo. A gente já tinha chegado ao limite possível. Acredito que não daria mais para avançar", afirma. O engenheiro aprovou o envolvimento do Senge nas negociações. "A entrada do Sindicato de Engenheiros, assim como dos outros que participaram do processo, foi a forma de reabrir o diálogo junto à Prefeitura, estratégia que achei mais eficaz", avalia ele. Olavo Antonio

de Souza Lima, empregado da Urbel há 21 anos, acredita que, com o novo acordo, os companheiros de empresa ficarão mais motivados e "trabalharão mais tranquilos".



Marcelo Camargos Pereira: saldo muito bom



Olavo Antonio de Souza Lima: mais motivação

Principais conquistas:

- Reajuste: tanto funcionários de nível médio e inferior, quanto os de nível superior terão aumento salarial de 6,9%, correspondente ao INPC acumulado no período de 1º de maio de 2005 a 30 de abril de 2007.
- Piso para os engenheiros de R\$3.230,00 e R\$ 3.150,00 para os demais profissionais de nível superior.
- Piso para o nível médio de R\$ 980,00.
- Gratificações de R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00 para os profissionais de nível superior e de R\$ 200,00 para os de nível médio que exerçam atividades externas ou de atendimento ao público.
- Recuperação da data-base que fica mantida no dia 1º de maio
- Progressão PCS: garantia de progressão salarial estabelecida no Plano de Cargos, Salário e Carreira a todos os funcionários da Urbel. Fica assegurado que no mês de abril de 2008 ocorrerá avaliação/progressão por antiguidade.
- Auxílio refeição/alimentação: os empregados irão receber 26 vales refeição/alimentação no valor facial de R\$10,70.

Trabalho da Comissão foi fundamental

Auxiliar na retomada do diálogo entre trabalhadores e empresa, diminuir a desconfiança mútua entre as partes e fazer a ponte entre o Senge e os funcionários. Estas foram apenas três das diversas tarefas atribuídas à Comissão de Negociações formada por seis trabalhadoras da Urbel: Adriana Lemos, Débora Moreira, Cláudia Melo, Vera Lima, Maria Haydée Miranda e Nara Júlio.

O caminho percorrido por elas, assim como pelo corpo de funcionários da empresa, foi longo. "Foi um processo demorado, de negociações pesadas. Foi bastante cansativo", avalia Adriana Lemos. Para Haydée Miranda, a inexperiência do grupo em negociações coletivas pesou na avaliação do processo. "A primeira reunião que tivemos com o secretariado da Prefeitura deixou a gente arrasada. Saímos de lá com dores físicas, até. Mas quando contamos sobre a reunião para o Senge, ficamos sabendo que era assim mesmo, que o processo só estava começando, mas estava caminhando", recorda.

Para a Comissão, o apoio do Sin-

dicato de Engenheiros foi fundamental para o resultado obtido no final de agosto. "O Sintappi nunca conseguiu uma reunião com secretários de primeiro escalão da Prefeitura. Por isso, fiquei muito feliz pelo fato de termos sido atendidas, de termos sido escutadas", afirma Cláudia Melo. Haydée acredita que a postura e a história do Senge contaram pontos a favor dos trabalhadores da Urbel. "Houve muito respeito ao Senge, que se impôs de uma forma mais respeitosa, coisa que o Sintappi nunca conseguiu fazer. A postura dos dirigentes também foi outra", conta ela.

Se depender das seis mulheres que se uniram para liderar a luta por seus direitos, o Senge continuará a frente das negociações trabalhistas na Urbel. "Claro que vamos querer manter o Senge. A questão vai ser se ele vai querer continuar com a gente", brinca Haydée. Em meio ao alívio pela conquista do acordo coletivo, Adriana aproveita para deixar um recado para todos os trabalhadores que passarem pela mesma situação vivida na Urbel. "Espernear adianta!"



Adriana, Nara e Cláudia (em pé) e Haydée e Débora (sentadas) integrantes da Comissão de Negociações

Histórico do conflito e das negociações



A aprovação do acordo coletivo na Urbel colocou fim ao clima de insegurança em que estavam os trabalhadores da empresa. O longo impasse começou quando a autarquia descumpriu um acordo feito com empregados e deixou de pagar a última parcela de um reajuste salarial, em 2004. A partir daí, os trabalhadores foram acumulando significativas perdas em seus salários.

Na verdade, tudo começou em 2000, quando foi feito um acordo com a Urbel que previa o pagamento de nove salários mínimos para os engenheiros, em conformidade com a lei 4950-A, que garante o mínimo profissional para a categoria. Como o acordo não abrangeu as demais categorias com 3º grau, os salários, que eram equiparados, começaram a ficar defasados.

Em 2001, os trabalhadores conseguiram um acordo em que a Urbel se comprometia a equiparar o salário de todos os analistas de 3º grau ao dos engenheiros. Essa equiparação seria realizada em quatro etapas, ao longo de quatro anos, sendo 20% do au-



Uma das muitas assembléias que pautaram as negociações com a Urbel

mento em 2001, 30% em 2002, 20% em 2003 e, finalmente, em 2004 seriam pagos os 30% restantes do reajuste. Assim, os salários ficariam iguais para todos os trabalhadores com curso superior. A Urbel manteve o combinado até 2003. Em 2004, ano do pagamento da última parcela do aumento, a Prefeitura desautorizou o cumprimento do acordo.

A reação do Sintappi, sindicato que representava os trabalhadores na

época, foi entrar com uma ação judicial de cumprimento de acordo, que continua sem uma decisão até hoje. Em 2005, também sem acordo nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, o Sintappi entrou com uma ação de dissídio coletivo. O dissídio também está para ser julgado. Em 2006, os trabalhadores perderam a data-base e ficaram sem nenhum dos benefícios a que tinham direito, como vale-transporte e alimentação, auxí-

lio-creche, auxílio material escolar, quinquênio e plano de saúde durante dois meses. Somente através de uma liminar, parte dos trabalhadores da empresa conseguiu retomar os benefícios. Ainda no ano passado, o Sintappi entrou com uma ação pelo quinquênio, que cobrava a definição das regras para o benefício.

Diante deste quadro, o Senge Minas Gerais foi procurado por uma comissão de engenheiros e engenheiras da empresa para que assumisse as negociações. Começou, então, o processo para restabelecer o diálogo entre a Urbel e seus funcionários. Em abril, o Sindicato organizou a primeira assembléia para a definição da pauta de reivindicações e não parou mais. No final de maio, reuniu-se pela primeira vez com a direção da empresa e esta sinalizou interesse em retomar as negociações. O processo de negociação foi longo e difícil. Foram necessários mais de setenta dias e uma ameaça de paralisação das atividades para que o pagamento de benefícios fosse retomado e uma proposta digna fosse apresentada. Aprovado no dia 23 de agosto, o acordo coletivo, foi, assim, uma grande vitória conseguida às custas de muito trabalho, mobilização e paciência.

Trabalho que resgata a dignidade dos mais carentes

Saneamento ambiental, urbanização de becos, asfaltamento e reestruturação de ruas, construção de avenidas, implantação de parques. A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) desempenha um trabalho fundamental para a vida da população carente do município e o trabalho de seus profissionais merece o reconhecimento de toda a população.

Um dos principais projetos em que os profissionais da Companhia estão envolvidos é o Programa Vila Viva, considerado uma intervenção radical no Aglomerado da Serra. Porém, mais do que intervenções estruturais, os trabalhadores da Urbel entendem as mudanças como a primeira etapa de um processo que visa resgatar a dignidade dos moradores das vilas que compõem o Aglomerado.

Inspirado no Plano Global Específico do Aglomerado da Serra, estudo sobre a realidade das vilas e favelas que contou com a participação da comunidade para ser elaborado, o Programa Vila Viva irá beneficiar 46 mil pessoas, habitantes das seis vilas que formam o maior aglomerado de Belo Horizonte – Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Santana do Cafezal, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição e Novo Lucas. A Urbel conta com um orçamento de R\$ 171,5 milhões, do qual R\$113,3 milhões são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida de 25% da PBH. O empreendimento, até agora, criou mais de 800 empregos, dos quais 80% foram preenchidos por moradores da própria comunidade.

Dentre as diversas obras realizadas para diminuir os riscos decorrentes da declividade acentuada do terreno e da presença de córregos e nascentes em locais íngremes, está a abertura da Avenida do Cardoso. Com mais de um quilômetro e meio de extensão, a via cortará o aglomerado e irá contar com quatro pistas que ligarão a Avenida Mem de Sá, no Santa Efigênia, à rua Caraça, no bairro Serra.

Parte do trabalho de urbanização e também uma consequência das intervenções, a remoção e o reassentamento de famílias, na Vila, é um dos exemplos de valorização da vida por parte da Urbel. “As famílias que moram em áreas de risco, ou que terão suas casas destruídas pelas obras, e que escolheram permanecer no aglomerado foram cadastradas e removidas e serão remanejadas para os conjuntos, assim que forem terminados”, disse Débora Moreira, supervisora de projetos da autarquia. A engenheira explica que as famílias serão distribuídas entre os apartamentos de dois

ou três quartos de acordo com o número de membros de cada uma. Até o momento, foram entregues 48 apartamentos.

O aposentado Geraldo Ferreira Rabelo foi o primeiro a ser beneficiado pelo programa. Aos 67 anos e afastado do trabalho por problemas renais, Geraldo morava em um barraco que foi destruído pela chuva em novembro de 2006. Cadastrado pela Urbel, recebeu seu apartamento em abril. “Estou gostando demais da conta! Agora tenho tudo, até telefone. Não tenho do que reclamar. No começo foi difícil conviver com as outras pessoas, mas agora todo

mundo conhece todo mundo e um vive na casa do outro. Até deixo a minha porta aberta”, conta Geraldo.

Vida Nova

Conscientes de que não adianta apenas fornecer novas moradias para os habitantes do aglomerado, os profissionais da Urbel desenvolvem um plano de ação em três etapas. O primeiro passo é a remoção e o reassentamento das famílias; o segundo passo é a educação sanitária e ambiental dos moradores e o terceiro é a qualificação e capacitação profissional.

Tal estratégia pretende instruir os proprietários sobre a administração de condomínios e regras de convivência e vizinhança. Além disso, são oferecidos cursos para moradores que irão orientar o comportamento dos outros habitantes sobre a conduta sanitária e ambiental adequada na comunidade, o que envolve o tratamento correto do lixo, a manutenção das áreas públicas e a utilização racional da água.

O aprimoramento profissional é fornecido através de uma parceria com o Núcleo de Estudos de Trabalho Humano da Universidade Federal de Minas Gerais e tem o objetivo de capacitar e inserir os moradores no mercado de trabalho, principalmente com a criação de unidades produtivas. Um exemplo de sucesso é a Cooperativa de Costureiras que, atualmente, faz os uniformes para os trabalhadores das obras na comunidade.

Lazer

Além das intervenções corretivas, a Urbel está construindo um parque esportivo no aglomerado. O espaço vai contar com um campo de futebol nos moldes oficiais, vestiários para jogadores e juizes, arquibancadas, cabine de transmissão, quadra poliesportiva e um estacionamento. A entrega do complexo está prevista para o dia 12 de dezembro, aniversário de Belo Horizonte. Pistas de skate também foram construídas e novas estão sendo planejadas.



A urbanização transforma os becos ...



... e cria avenidas com mais qualidade de vida.



Participação e mobilização levaram às conquistas na Urbel

O processo de negociação com a Urbel mostrou que com a participação e mobilização dos trabalhadores é possível mudar radicalmente uma situação adversa e partir para grandes conquistas. Para o Senge Minas Gerais esta foi uma experiência importante que engrandece ainda mais as seis décadas de sua história. Nesta entrevista, o presidente do Senge, engº Nilo Sérgio Gomes, faz uma análise de todo o processo de negociação, da importância da contribuição de cada trabalhador e trabalhadora da empresa e contabiliza os importantes ganhos para os trabalhadores.

Como foi a entrada do Senge nas negociações com a Urbel? Qual foi o papel do Sindicato?

Nós já vínhamos desenvolvendo um trabalho na Prefeitura de Belo Horizonte há uns dois anos e a nossa entrada nas negociações com a Urbel foi fruto desse trabalho. Os engenheiros, arquitetos e outros profissionais de nível superior procuraram o Senge solicitando a sua participação nas negociações. A partir da formação de uma Comissão de Negociação, com o Senge coordenando essa Comissão, nós entramos nas negociações. O nosso papel foi dar todo suporte logístico, participar das negociações com a diretoria da Urbel e coordenar as Assembléias, que foram várias.

Quais foram os principais obstáculos?

Os principais obstáculos que encontramos lá foram fruto da completa anarquia na relação sindicato/direção da empresa. Havia uma série de obstáculos como a extinção da data-base, dissídios coletivos e algumas ações que estavam na Justiça, além da total e completa falta de diálogo entre o Sindicato que negociava lá e a direção da empresa. E uma desconfiança muito grande dos trabalhadores em relação à direção da Urbel.

Como eles foram contornados?

Nós contornamos esses grandes obstáculos com total transparência nas negociações coletivas e uma de-

mocracia plena nas assembléias com uma participação significativa de todos os trabalhadores, com suas opiniões, críticas e colocando pontos que são importantes, requerendo a todo instante da Comissão e da direção do Sindicato informações que viabilizassem a opção delas por um acordo ou não.

A que atribui a demora da empresa em apresentar uma resposta às reivindicações?

A demora da direção da Urbel, juntamente com a administração da PBH, é fruto dos obstáculos que a gente encontrou na empresa. Existia uma completa desorganização na relação capital/trabalho. Então a Prefeitura teve que se calçar de informações e de pareceres jurídicos para poder apresentar uma resposta às reivindicações que tivesse o apoio dos trabalhadores e pudesse quebrar aquela desconfiança.

O acordo correspondeu às expectativas?

Na assembléia final que nós realizamos, compareceram mais de cem pessoas, num universo de mais ou menos 200 trabalhadores. A proposta negociada foi aprovada por 97% dos trabalhadores que estavam lá, incluindo engenheiros, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais de nível superior e de nível médio. Então, nesse sentido, acredito que eles ficaram satisfeitos com o acordo.

Qual será a atuação do Senge a partir de agora na Urbel?

A intenção da direção do Sindicato é se manter como representante dos trabalhadores, porque verificamos que lá somos o sindicato majoritário.

Como você avalia a participação e mobilização dos trabalhadores nas negociações?

Eu diria que na minha militância sindical, nas minhas participações na Cemig, na Copasa e em outras em-



Nilo Sérgio, Presidente do Senge, expõe para a Assembléia a proposta de Acordo

presas, essa mobilização, essa participação dos trabalhadores e trabalhadoras superou todas as expectativas, inclusive a mobilização da Suddecap do ano passado. E a Comis-

são de Negociação, totalmente formada por mulheres, deu um exemplo de como se deve conduzir as negociações coletivas e realmente colheu os frutos desse trabalho e dessa mobilização.

Paciência foi fundamental

A situação dentro da Urbel no momento em que o Senge assumiu as negociações trabalhistas estavam muito complicadas. "O clima que encontramos lá foi o pior possível. Houve muito desgaste na direção e em sua relação com os trabalhadores", lembra Júlio César Silva, assessor de negociações coletivas do Sindicato.

A paciência, segundo Júlio César, foi essencial para o desfecho vitorioso do processo. "Saber esperar pela construção de um acordo que acabasse com o impasse

foi o melhor que os trabalhadores fizeram. Além disso, a estrutura política e material disponibilizada pelo Senge foi fundamental na construção do acordo", avalia o assessor.

A Comissão de Negociações formada por trabalhadoras da Urbel também foi destacada por sua atuação. "O acordo não sairia, da forma que saiu, se não fosse pela atuação dessas mulheres. Elas foram, no lado sindical, as principais responsáveis pelo sucesso das negociações", ressaltou Júlio César. Segundo ele, a participação feminina nas negociações e o aumento do número de mulheres na diretoria do Sindicato devem ser comemorados, uma vez que indicam um maior envolvimento da população feminina no universo da política.



Júlio César Silva, Assessor de Negociações do Senge, elegeu a paciência como a virtude principal nesta conquista.

CAMPANHAS SALARIAIS 2007

Sindicato aposta na mobilização para garantir avanços



As negociações coletivas com empresas e sindicatos patronais se constituem em uma das atividades mais importantes do Senge Minas Gerais. No primeiro semestre de 2007, o Sindicato participou de diversas Campanhas. Em todas as negociações, o Senge foi intransigente na defesa dos interesses da categoria e na luta pela manutenção e ampliação das conquistas econômicas e sociais dos engenheiros.

Estão concluídas as negociações com o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), Furnas Centrais Elétricas, Prefeitura e Sindicato da Indústria da Construção Civil de Juiz de Fora, além da Urbel. Na maioria delas, as negociações foram demoradas e difíceis, mas de uma forma geral os resultados foram satisfatórios. Alguns reajustes significativos foram conseguidos e, em alguns casos, como o da Urbel, vitórias importantes foram conquistadas.

As Campanhas Salariais com data-base no segundo semestre de 2007 já estão em andamento. As assembleias para a definição da pauta de reivindicações estão sendo realizadas desde o mês de agosto. As principais negociações de que o Senge participa são com a Federação das Indústrias, que abrange os engenheiros que trabalham em empresas metalúrgicas, Fiat, Construção Pesada (Sicepot), Construção Civil (Sinduscon-MG), Cemig, Companhia Vale do Rio Doce e Sanky. Além dessas, novas demandas de engenheiros de diversas empresas estão surgindo e o Senge procura atender a todas.

Para o engº Nilo Sergio Gomes, presidente do Senge Minas Gerais, a importância da participação do Senge nas campanhas salariais é permitir conquistas para os engenheiros ligados a uma empresa, direitos sociais e econômicos que muitas vezes não fazem parte da pauta de reivindicações dos Sindicatos Majoritários. E a participação e mobilização de todos os engenheiros e engenheiras são fundamentais para garantir as conquistas.



Cemig já tem pauta unificada

A pauta da campanha de renovação do acordo coletivo 2007/2008 dos trabalhadores da Cemig foi aprovada no dia 11 de setembro, em Assembleia Geral na sede do Senge Minas Gerais. No dia 17, a pauta foi unificada com as das demais categorias profissionais da estatal e no dia 19 foi entregue à direção da empresa. As negociações serão comandadas pelo Senge e pelo Sindieletrô.

No início do mês, foram organizadas três reuniões setoriais, realizadas nos prédios Itambé, Anel Rodoviário e Santo Agostinho. Tais reuniões tiveram como objetivos discutir a pré-pauta de reivindicações e levantar questões para a maior mobilização e envolvimento dos engenheiros e engenheiras da Cemig. A reunião realizada na sede da empresa, na avenida Barbacena, contou com a presença de cerca de 50 engenheiros e engenheiras.

Primeira rodada na CVRD

A primeira rodada de negociações da campanha salarial dos engenheiros da Vale do Rio Doce aconteceu nos dias 12 e 13 de setembro. O processo será iniciado com a discussão dos aspectos econômicos, uma novidade nas negociações entre empresa e trabalhadores. A pauta dos engenheiros, aprovada em assembleia no dia 9 de agosto, foi unificada à das demais categorias.

Preocupação crescente entre os engenheiros, a segurança no trabalho foi um ponto que recebeu destaque na pauta de reivindicações. Motivados pelo grande número de acidentes automobilísticos nas estradas do país, os funcionários da Vale reivindicaram curso e reciclagem de direção defensiva, carros com *airbags* duplos, a proibição da condução de veículos à noite, entre outras. As novas rodadas de negociações devem ocorrer nos dias 25 e 26 de setembro e entre os dias 1º e 5 de outubro.

Pautas encaminhadas

O Senge já enviou as pautas de reivindicações dos engenheiros para a Fiemg Sicepot e Sinduscon. As reivindicações foram definidas em assembleias realizadas na sede do sindicato nos dias 23 e 29 de agosto passado. Com data-base em 1º de outubro, a pauta apresentada à Fiemg foi unificada com as do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Quanto à construção civil e pesada, com data-base em 1º de novembro, o reajuste reivindicado é de 8,5%. Agora, aguarda o retorno para agendar reuniões para as primeiras negociações.

ACORDOS FECHADOS

CPRM

A CPRM fechou o acordo coletivo de 2007/2008 no dia 14 de agosto. O processo de negociações foi nacional e o Senge Minas Gerais ficou responsável pela elaboração da pauta regional de reivindicações e pela unificação. O aumento de 3,69% oferecido em julho pela empresa aos empregados foi derrubado e o reajuste conseguido foi de 5,25%, correspondente ao IPCA, mais um aumento real de 1,5%.

Furnas

A campanha salarial dos trabalhadores de Furnas também foi encerrada. No processo de negociações nacional, o reajuste concedido pela empresa acabou sendo de 4,5%. Além disso, foi acordado um abono de 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R\$1.000,00. A cópia do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) encontra-se disponível no site do senge (www.sengemg.org.br).

Construção Civil – JF

A regional do Senge em Juiz de Fora fechou a Convenção Coletiva de Trabalho com o sindicato patronal que tem data base em 1º de abril. O índice de reajuste acordado foi de 5,3% e o Salário Mínimo Profissional será respeitado como o piso da categoria. A cópia da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) encontra-se disponível no site do senge (www.sengemg.org.br).

Consultoria – MG

Foi aprovada, em Assembleia Geral realizada no dia 19 de julho, a Convenção Coletiva 2007/2008 dos trabalhadores das empresas de Consultoria. Os reajustes salariais acordados foram de 8,5% para os engenheiros, arquitetos e agrônomos e 4,5% para os trabalhadores que recebem acima dos pisos. Para as demais categorias, o reajuste para os pisos salariais foi de 7%. No que diz respeito aos benefícios, o vale-refeição foi reajustado para R\$ 9,00 e o auxílio-creche para R\$ 155,00. Os reajustes serão válidos a partir da data de assinatura do acordo e são retroativos à data-base da categoria, 1º de maio.



Associados elegem nova diretoria

Os associados do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG) elegem, nos próximos dias 26, 27 e 28 de setembro, a nova diretoria e conselho fiscal que serão responsáveis pela gestão da entidade até 2010. Uma única chapa, composta por 65 engenheiros de todo o estado, concorre ao pleito. Estão em condição de votar todos os sócios do Sindicato que quitaram anuidade social de 2007 até o dia 28 de agosto. Além do voto por correspondência, opção para os associados que residem no interior do Estado e para os aposentados, mesas coletoras estarão funcionando em Belo Horizonte e na Regional de Juiz de Fora.

Para Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge e que lidera a Chapa Unida, ela representa tanto a continuidade quanto à ampliação do trabalho que a atual diretoria implementou na enti-

dade nos últimos três anos. Segundo Nilo Sérgio, foi realizado um esforço muito grande para recuperar a capacidade do Sindicato nas lutas voltadas para o interesse coletivo dos engenheiros, principalmente as negociações coletivas. "Como conseguimos montar uma chapa de unidade que pretende ampliar a atuação no Estado, iremos, agora, efetivar a participação do Senge no interior. Temos também planos para criar uma área efetiva de cursos, fazer melhorias na nossa sede e o ter um envolvimento maior com o movimento social", assegura Nilo Sérgio.

Apesar de as eleições acontecerem com uma única chapa disputando é muito importante a participação de todos os associados. A eleição é o momento de reafirmação e revigoramento da vida sindical, constituindo em uma excelente oportunidade para o associado exercer a cidadania e o direito de crítica.



Componentes da Chapa Unida, que concorre as eleições no Senge-MG

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		
JANEIRO/AGOSTO 2007		
Nº	1.RECEITAS	VALORES
1	Contribuição Sindical	R\$ 1.001.168,05
2	Anuidade Social	R\$ 148.778,87
3	Taxa Fortalecimento Sindical	R\$ 39.757,25
4	Receitas Jurídicas	R\$ 213.805,94
5	Aplicações Financeiras	R\$ 57.922,42
6	Copiadora e Duplicador	R\$ 59,75
7	Cursos - Inscrições	R\$ 5.240,00
8	Taxa Patronal Sicepol	R\$ 16.607,30
9	Crea - MG ART 6,8%	R\$ 43.836,00
10	Crea - MG ART Alo 32	R\$ -
11	Crea - MG ART Alo 33	R\$ 3.065,75
12	Certificado Quitação	R\$ 148,00
13	Patrocínios / Parcerias	R\$ -
14	Outras	R\$ 33.102,48
TOTAL DE RECEITAS		R\$ 1.561.491,81
Repasses de Processos Engenheiros/Advogados		R\$ 999.496,18

JANEIRO A AGOSTO/2007		
DESPESAS CORRENTES		
Nº	Descrição da despesa	TOTAL GERAL
1	Água	R\$ 490,95
2	Alimentação e Lanches	R\$ 8.494,01
3	Aluguel e Condomínio	R\$ 28.602,53
4	Apoio a Entidades e Movimentos	R\$ 7.071,98
5	Artigos de Expediente	R\$ 4.872,63
6	Aquisição, Manut. e Suprimentos de Informática	R\$ 13.540,66
7	Sin. Domínio e Manutenção	R\$ 1.340,40
8	Assin. de Jornais/Revistas/Internet	R\$ 4.506,47
9	Cartões, Custas e Emplacamentos	R\$ 242,42
10	Combustíveis, Lubrificantes e Estacionamento	R\$ 5.050,73
11	Condução e Transporte	R\$ 6.763,70
12	Congressos, Encontros e Conferência	R\$ 6.925,34
13	Conserv. Manut. de Instalações	R\$ 2.030,24
14	Conserv. Manut. de Móveis	R\$ 234,00
15	Conserv. Manut. de Equipamentos	R\$ 5.127,38
16	Cópias Xerográficas	R\$ 205,35
17	Comeios e Telegráfos	R\$ 68.537,53
18	Cursos de Aperfeiçoamento	R\$ 17.778,40
19	Despesas Bancárias	R\$ 35.247,25
20	Veículos: Manutenção e Conserto	R\$ 3.394,61
21	Energia Elétrica	R\$ 6.342,22
22	Festas e confraternizações	R\$ 729,55
23	Filiação a CUT	R\$ 7.928,62
24	Filiação ao DIEESE	R\$ 14.541,12
25	Filiação ao CIAP	R\$ 1.890,00
26	Filiação Intersindical Fumas	R\$ 625,00
27	Filiação FAP	R\$ 1.290,00
28	Filiação FISENGE	R\$ 8.887,24
29	Fotografia, Vídeo/Som	R\$ -
30	Honorários Contábeis	R\$ 7.689,14
31	Impostos e Taxas	R\$ 762,77
32	Jornais, Boletins e Cartilhas	R\$ 16.475,00
33	Gráfica	R\$ 54.704,46
34	Material de Limpeza	R\$ 1.080,77
35	Multas e Juros Passivos	R\$ -
36	Publicações de Editais/Anúncios	R\$ 4.646,34
37	Restituições e Reembolsos	R\$ 4.256,21
38	Seguros	R\$ -
39	Serviços de Terceiros	R\$ 12.146,52
40	Telefone Fixo	R\$ 18.563,28
41	Telefone Celular	R\$ 12.694,22
42	Hospedagens, Passagens e Alimentação	R\$ 27.023,00
43	Despesas Mútuas de Pronto Pagamento	R\$ 5.692,63
SUB-TOTAL		R\$ 426.346,67
DESPESAS COM PESSOAL		
Nº	Descrição da despesa	
47	Salários Empregados	R\$ 117.512,97
48	Indenizações e Férias	R\$ 58.124,76
49	Gratificações	R\$ 11.600,00
50	Décimo Terceiro Salário	R\$ 1.203,00
51	Vale Transporte	R\$ 17.431,92
52	Unimed / Uniodonto	R\$ 30.901,58
53	Vale Alimentação	R\$ 28.008,82
54	Abono Salarial	R\$ -
55	INSS	R\$ 50.911,85
56	FGTS	R\$ 13.159,19
57	PIS	R\$ 1.548,31
58	Seguro	R\$ 2.514,80
59	Auxílio Creche	R\$ 5.252,00
60	Repasso Sinesemg	R\$ 1.044,79
61	Bolsa Estágio	R\$ 11.903,70
62	Prestação de Serviços com recibo	R\$ 47.148,10
63	Uniformes e Cambetas	R\$ -
SUB-TOTAL		R\$ 398.263,80
TOTAL GERAL		R\$ 824.610,47

Locais e horários de votação:

Senge Minas Gerais - Sede
Rua Espírito Santo, 1701 - Lourdes - Belo Horizonte - MG
Horário: 8:00 às 20:00 horas

Senge Zona da Mata
Rua Hallfeld, 414 - Sala 1209 - Centro - Juiz de Fora - MG
Horário: 12:00 às 18:00 horas

CREA Minas Gerais
Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte - MG
Horário: 8:00 às 18:00 horas

Copasa
Rua Mar de Espanha, 525 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte - MG
Horário: 8:00 às 18:00 horas

Cemig - Sede/Itambé/Anel Rodoviário
Horário: 8:00 às 18:00 horas

Obs: a Cemig contará, também, com uma mesa coletora itinerante.

Interior:

Os associados residentes no interior de Minas Gerais poderão votar por correspondência. As instruções de como votar, a cédula de votação e o envelope de resposta foram enviados para a residência de todos os associados.

Câmara homenageia Sindicato pelos seus 60 anos

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, numa iniciativa do vereador Tarcísio Caixeta (PT), homenageou o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais com o diploma de Honra ao Mérito pela passagem dos seus 60 anos de fundação. A homenagem aconteceu em reunião solene realizada no Plenário Amintas de Barros e contou com a presença de autoridades, sindicalistas, diretores e ex-diretores do Sindicato, além de um grande número de associados.

O vereador Tarcísio Caixeta, que também é engenheiro e diretor licenciado do Sindicato, justificou a homenagem destacando a importância da instituição na história da cidade. Para Caixeta, o Senge-MG tem uma identidade com Belo Horizonte e o diploma de Honra ao Mérito, em razão desta identidade, equivaleria ao de Cidadão Honorário. O vereador apontou, ainda, momentos importantes da trajetória do Senge-MG, como o seu engajamento em importantes lutas sociais e políticas, a exemplo dos movimentos pelas Diretas Já e Constituinte.

O presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, que recebeu o diploma em nome do Sindicato, estendeu a ho-



Nilo Sérgio recebe o diploma de Honra ao Mérito da Câmara Municipal



Reunião solene da Câmara que homenageou o Senge-MG

menagem a todos os que construíram a história da entidade ao longo das últimas seis décadas. Nilo Sérgio destacou ainda o papel que a atual diretoria teve no enfrentamento da proposta de Reforma Sin-

dical que ameaçava a própria sobrevivência do Sindicato. O presidente Nilo Sérgio também homenageou o vereador Tarcísio Caixeta com quadro alusivo à sua participação na história do Sindicato.



Tarcísio Caixeta recebe a homenagem do Sindicato



O Crea-MG, em parceria com diversos órgãos e entidades, estará realizando no próximo dia 18 o seminário sobre resíduos sólidos urbanos. O encontro tem por objetivos debater e apresentar propostas para a revisão do ICMS ecológico, apresentar perspectivas de financiamento para o setor de limpeza pública e fornecer subsídios para a gestão dos resíduos sólidos municipais.

Embora alguns investimentos tenham sido feitos no setor de gestão de resíduos sólidos, a grande maioria dos municípios vive uma situação dramática. A carência de recursos financeiros e a falta de capacidade técnica são apontadas como um obstáculo para a resolver a questão. O Seminário busca oferecer subsídios para reduzir os problemas identificados.

O público alvo são os profissionais do Sistema Confea/Crea, técnicos, gestores municipais, representantes de entidades, trabalhadores de limpeza urbana e demais interessados. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela internet até o dia 15/10/2007 (www.crea-mg.org.br). O Senge-MG é uma das entidades que apóia e participa deste Seminário.



Diretores do Senge-MG homenageados pelos 60 anos do Sindicato

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Plebiscito contesta privatização

1997: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é privatizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. 2007: dez anos depois, movimentos sociais de todo o Brasil realizam um plebiscito popular pela anulação do leilão que transformou a Vale em uma empresa privada. O resultado da consulta que aconteceu de 1º a 7 de setembro deve ser divulgado no dia 25 de setembro próximo. A estimativa é de que sejam apurados seis milhões de votos em todo o país e 500 mil em Minas Gerais.

Muitos aspectos da venda são questionados desde a privatização. O preço pelo qual a companhia foi vendida é um deles. A empresa foi leiloada por apenas 3,3 bilhões de dólares, quantia paga por parte das ações ordinárias pertencentes ao governo Federal, muito abaixo do que valia na época. É apenas mais uma das fraudes que envolvem o leilão, segundo Frederico Santana Rick, coordenador da Regional Minas Gerais da Cáritas Brasileira, uma das entidades organizadoras do plebiscito. "A Vale foi vendida por um preço de banana e o comprador ainda obteve financiamento do BNDES, ou seja, foi o governo que emprestou o dinheiro", lembra.

Outro ponto obscuro da privatização foi a participação da empresa Merrill Lynch, a mesma que



realizou a avaliação e estipulou o preço da CVRD em 3,3 bilhões de dólares, no consórcio que adquiriu a companhia. Segundo a Lei de Licitação, não pode haver nenhum vínculo entre avaliador e comprador, o que tornaria irregular a avaliação prévia e, conseqüentemente, o leilão.

O caráter inconstitucional da venda da companhia para o capital internacional é outro fator que torna inválida a transação. "A constituição proíbe o comércio do subsolo brasileiro para o capital privado e, mais ainda, para o estrangeiro", ressalta Frederico. Ao

vender a Vale, o governo de FHC se desfez da maior exportadora mundial de minério de ferro e de uma empresa que possuía concessionárias da exploração de quase um bilhão de toneladas de cobre, de 678 milhões de toneladas de bauxita, além da lavra de dois minérios de alto valor estratégico: o nióbio e o tungstênio.

Nem mesmo os motivos alegados por Fernando Henrique para a privatização da CVRD foram legítimos. No edital de alienação do controle da Vale, a declaração foi de que o "negócio" atendia aos objetivos do Plano

Nacional de Desestatização (PND). A necessidade de reduzir o endividamento público e a carência de recursos financeiros estatais para investimento na companhia também foram justificativas utilizadas pelo governo. No entanto, como se viu posteriormente, a dívida pública que, no início do primeiro mandato de FHC, era de 60 bilhões de reais, ao término do segundo mandato estava em quase um trilhão de reais.

Mais de 100 ações populares, ações civis públicas e mandados de segurança foram impetradas na justiça contestando a legalidade do processo. Em 2005, o Tribunal Regional Federal, em Brasília, acatou uma dessas ações judiciais e reconheceu a nulidade da avaliação do valor da venda da Vale do Rio Doce, possibilitando a anulação do leilão. "Não vamos parar no plebiscito. Vamos continuar com a elevação do nível de consciência da população e com o debate maior com a sociedade. Acreditamos que a estatização vai acontecer logo, só precisa da mobilização e da luta popular", completa Frederico. É importante ressaltar que o movimento pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce não propõe apenas a estatização da empresa, propõe a participação popular na gestão e gerência da companhia.

A CVRD segundo a Vale

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada pelo Governo Federal em 1º de junho de 1942 e privatizada em 7 de maio de 1997, quando o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), venceu o leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, adquirindo 41,73% das ações ordinárias do Governo Federal por US\$ 3,338 bilhões. Ao longo de sua história, a Vale expandiu sua atuação do Sudeste para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, diversificando o portfólio de produtos minerais e consolidando a prestação de serviços logísticos.

A CVRD abastece o mercado global com produtos que dão origem a uma infinidade de elementos presentes no dia-a-dia de mi-

lhões de pessoas em todo o mundo. Exportados para diversos países, os minérios passam por transformações e são incorporados aos costumes locais na forma de novos produtos de uso comum – de carros a aviões, de fogões a computadores, além de serem largamente empregados na construção de estruturas e fundações.

Atualmente, a Vale está presente em 13 estados brasileiros e em 5 continentes: Américas, Europa, África, Ásia e Oceania. O desenvolvimento de um amplo programa de pesquisas minerais tem por objetivo buscar oportunidades de qualidade e que estejam em sintonia com a estratégia de crescimento da Vale, garantindo novas reservas minerais para o futuro.

(Fonte: Site da CVRD)

